



NOTAS EXPLICATIVAS

1. DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis do Estado do Amazonas foram extraídas do Sistema de Administração Financeira (AFI) e compõem a Prestação de Contas do Estado, que é integrada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, ainda, pelo Ministério Público.

Tais Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964. Entretanto, conforme a portaria Nº 733, de 26 de dezembro de 2014 da Secretaria do Tesouro Nacional, que estabelece regras de transição para a observância das normas referentes às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o exercício de 2014 no seu artigo primeiro, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, são de observância facultativa no exercício de 2014.

A partir de 2014, o registro contábil dos atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio do Estado passou a ser demonstrado também com base em um novo Plano de Contas, estruturado em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). As demonstrações contábeis do Estado, por sua vez, também foram atualizadas a partir dos novos modelos estabelecidos no referido Manual.



2. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os novos critérios e procedimentos contábeis adotados neste exercício, destacam-se como mais significativos:

a. Classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, em conformidade com o disposto nos itens 5 a 9 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T - 16.2, que dispõe sobre o Patrimônio e Sistemas Contábeis, e nos itens 14 a 19 da NBC T 16.6, que dispõe sobre as Demonstrações Contábeis;

b. Inscrição de restos a pagar não processados tão somente em contas das classes de Controle da Aprovação e Execução do Orçamento, e não mais em conta patrimonial de passivo, em virtude da não ocorrência do fato gerador. O saldo preexistente no Passivo Circulante foi transferido à conta de Resultados Acumulados, a título de ajustes de exercícios anteriores. O referido saldo continua integrando o Passivo Financeiro, apresentado em quadro destacado no Balanço Patrimonial;

c. Registro em contas de controle, de natureza não patrimonial, de valores relacionados a atos e fatos que possam afetar o patrimônio do Estado. Tais valores passam a ser evidenciados, no Balanço Patrimonial, no quadro das Compensações; e,

d. Evidenciação das variações qualitativas referentes à incorporação de ativos e passivos que não modificam a situação patrimonial, as quais são apresentadas no item 4 destas notas explicativas.



3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a Lei n.º 4.320/1964 e a Lei Complementar n.º 101/2000 e, também, com as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16).

Alguns dos demonstrativos obrigatórios previstos na parte V do MCASP, a exemplo do Balanço Patrimonial e do Balanço Financeiro, possuem colunas para demonstrar o saldo do exercício atual e do exercício anterior, de modo a possibilitar uma análise da evolução dos valores ao longo do tempo. Na adoção inicial desses novos demonstrativos optamos por não evidenciar neste exercício os valores da coluna anterior em virtude de mudanças de critérios contábeis dos balanços de 2014 em relação aos de 2013, o qual foi publicado conforme regra anterior. Esta previsão consta no item 19 do IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional. Entretanto, para efeito de comparação, o sistema AFI já possibilita que ambas as colunas sejam emitidas nesses balanços.

3.2. Balanço Orçamentário

No Balanço Orçamentário ocorreram algumas alterações relevantes em comparação aos de exercícios anteriores:

a. Foram incluídas as colunas de previsão atualizada da receita, dotação atualizada da despesa, despesas liquidadas e despesas pagas;

b. A despesa passou a ser apresentada por categoria econômica, por grupo de despesa, e não mais por tipo de crédito;



c. Adotou-se no novo modelo a inclusão dos valores referentes a créditos orçamentários abertos (autorizados) e executados oriundos de superávit financeiro. A dotação orçamentária autorizada somou R\$ 1.013.551.398,55, já os valores empenhados utilizando-se crédito oriundo do superávit financeiro resultaram em R\$ 803.774.436,45, classificados conforme quadro a seguir.

Despesas Empenhada pelo Superávit		R\$
ESPECIFICAÇÃO	VALORES	
Ordinários (I)		284.023.845,59
Vinculados (II)		519.750.590,86
RPPS		9.985.719,86
Educação		34.854.963,49
Saúde		81.466.895,51
Operação de Crédito		252.017.390,77
Convênios		119.692.957,37
Outras Vinculações		21.732.663,86
Total (I+II)		803.774.436,45

d. O Balanço Orçamentário atual apresenta através de dois anexos a execução de Restos a Pagar por categoria econômica e grupo de despesa, assim como seus saldos para o exercício seguinte, sendo o primeiro o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar não Processados e o segundo o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.

Podemos destacar ainda as seguintes informações relativas à execução orçamentária:

a. A composição das despesas empenhadas por tipos de créditos resultou no seguinte: R\$15.524.694.394,25 de Créditos Orçamentários e Suplementares e R\$ 40.599.934,71 de Crédito Especial;

b. Quanto ao detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, o total arrecadado e empenhado resultaram, respectivamente, em: Receita Corrente Intraorçamentária no valor de R\$ 390.588.168,39 e Despesa Corrente Intraorçamentária em R\$ 384.863.843,28;



3.3 Balanço Financeiro

Em relação ao Balanço Financeiro, destaca-se como principal inovação a apresentação das receitas e despesas orçamentárias, as quais passaram a constar de acordo com a fonte dos recursos, se ordinária ou vinculada, possibilitando uma melhor avaliação comparativa em relação às regras anteriores.

Quanto aos itens do Balanço Financeiro, é importante destacar os seguintes:

a. Outros Movimentos Extraorçamentários - Ingressos: R\$ 70.283,05

Este item apresenta incorporações de saldos contábeis de disponibilidades, referentes a regularizações de valores que haviam sido reduzidos indevidamente em exercícios passados. Os ajustes ocorreram nas seguintes Unidades Gestoras: Assembléia Legislativa - R\$ 35.948,87; SEFAZ Centralizadora - R\$ 0,22; Corpo de Bombeiros Militar - R\$ 4.200,00; Fundo Especial da Defensoria Pública - R\$ 14.586,31 e Secretaria da Juventude, Desporto e Lazer - R\$ 15.547,65.

b. Outros Movimentos Extraorçamentários - Dispêndios: R\$ 443.363.261,17

Neste item estão incluídas as desincorporações de saldos contábeis de disponibilidades para regularização de receitas registradas com valores superiores em exercícios anteriores. Esses ajustes ocorreram na Assembléia Legislativa – R\$ 2.611,49 e no Fundo Especial da Defensoria Pública - R\$ 449.031,41. Compõem também esse item alterações de classificação contábil realizadas pela Fundação AMAZONPREV, sendo R\$ 442.711.417,64 referente à transferência do Ativo Circulante para o Ativo não Circulante dos Títulos de Responsabilidade do Tesouro – NTN-B e R\$ 200.200,63 referente a transferência de valores em Trânsito Realizável de Títulos CVS que pertenciam ao Sistema Financeiro para conta do Sistema Patrimonial, conforme regras de registro do sistema AFI 2014.



3.4 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresentado evidencia a situação patrimonial do Estado do Amazonas em 31 de dezembro de 2014. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os saldos dos atos potenciais ativos e passivos e o superávit ou déficit financeiro. No Balanço Patrimonial destacamos:

a. Créditos Tributários a Receber: R\$ 486.676.505,47

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2014, foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD referentes a valores lançados e não pagos em 2014 que ainda não se encontram em dívida ativa. Para fins de apuração dos valores a receber de ICMS e ITCMD, foram consideradas as situações apontadas no quadro abaixo:

Créditos Tributários a Receber - ICMS		R\$
SITUAÇÃO	VALORES A RECEBER	
Débitos em aberto	104.797.732,08	
Parcelamento Simples Nacional	12.303,37	
Pre Auto de Infração	25.019,89	
Pre Dívida Ativa	14.203.317,88	
Pre Parcelamento	621.480,33	
Processo	118.867.649,87	
Recurso	157.491.482,90	
Total	396.018.986,32	



Créditos Tributários a Receber - ITCMD

R\$

SITUAÇÃO	VALORES A RECEBER
Débitos em Aberto	13.929.692,45
Pre Parcelamento	741,43
Processo	21.899,17
Total	13.952.333,05

Para o IPVA foi considerado o total de R\$ 60.148.805,00 referente aos os valores lançados e não arrecadados da competência de 2014.

No total de Créditos Tributários a Receber também estão incluídas as Contribuições Previdenciárias a receber pertencentes à competência 2014 que foram apuradas e registradas pela Fundação AMAZONPREV, sendo R\$ 7.588.422,86 de contribuições dos servidores e R\$ 8.967.958,24 de contribuição patronal.

b. Dívida Ativa tributária e não tributária: R\$ 2.741.616.710,54

O Estado do Amazonas adota para a dívida ativa o procedimento de registro global. Em virtude das particularidades administrativas e de sistemas de tecnologia da informação, a contabilização é feita de forma centralizada na SEFAZ Centralizadora.

Em virtude de análise histórica e estatística, por convenção, a fim de retratar melhor a realidade, as inscrições ocorridas no exercício 2014 no valor de R\$ 484.486.079,15 foram contabilizadas no curto prazo e o saldo decorrente de exercícios anteriores no valor de R\$ 2.257.130.631,39 permaneceu no longo prazo.



c. Ajustes de Perdas de curto e longo prazo: R\$ 2.699.120.671,25

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa foi calculada conforme metodologia baseada no histórico de recebimentos passados prevista nos Procedimentos Contábeis Específicos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Essa metodologia de cálculo da provisão baseou-se em duas variáveis principais:

- ✓ média percentual de recebimentos passados;
- ✓ saldo atualizado de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos nos três últimos exercícios. Essa média ponderada de recebimentos é calculada, em cada um dos três últimos exercícios pela divisão da média de recebimentos em cada exercício. Este cálculo resultou numa média de recebimento para a dívida ativa tributária em 1,59% e não tributária 0,62%. Salientamos que a metodologia que melhor refletiria a situação patrimonial da entidade seria a baseada na avaliação de estoque, porém apresenta maior dificuldade para sua implementação.

ESPECIFICAÇÃO	Estoque da Dívida		R\$
	TRIBUTÁRIA	NÃO TRIBUTÁRIA	TOTAL
DÍVIDA ATIVA (I)	2.626.547.313,11	115.069.397,43	2.741.616.710,54
Estoque da Dívida Ativa - Curto Prazo	457.417.564,25	27.068.514,90	484.486.079,15
Estoque da Dívida Ativa - Longo Prazo	2.169.129.748,86	88.000.882,53	2.257.130.631,39
AJUSTE P/ PERDA DE DÍVIDA ATIVA (II)	2.584.766.697,82	114.353.973,43	2.699.120.671,25
Estoque da Dívida Ativa - Curto Prazo	450.141.400,91	26.900.221,11	477.041.622,02
Estoque da Dívida Ativa - Longo Prazo	2.134.625.296,91	87.453.752,32	2.222.079.049,23
ESTOQUE LÍQUIDO (I-II)	41.780.615,29	715.424,00	42.496.039,29



d. Demais Investimentos Permanentes: R\$ 69.603.210,34

Corresponde ao saldo do Fundo Garantidor de Parceria Público Privada, criado através da Lei nº 3.322/2008, com alterações das Leis nº 3.716/2012, 3.879/2013 e 3.902/2013. No exercício de 2014 foi registrada atualização monetária de R\$10.091.248,20, sendo R\$ 3.337.913,02 referente a 2013 e R\$ 6.753.335,18 a 2014. Também houve registro de baixa de R\$ 488.037,86 referente a Taxas de Administração, resultando num acréscimo de 9.603.210,34 em relação ao valor inicial de constituição do Fundo.

e. Imobilizado: R\$ 7.126.636.357,53

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Neste ano de 2014, foram incorporados os bens de infraestrutura de uso comum do povo no valor de R\$ 582.644.333,53 a fim de atender à resolução do CFC 1.137/08, NBC T 16.10, a IPSAS 17/09 alterada pelas IPSAs 27 e 21 e o próprio Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Esta incorporação visa demonstrar o fornecimento de bens e serviços para a sociedade. A regra geral já estabelecida nos normativos aplicáveis à matéria prevê que bens dessa natureza sejam reconhecidos pelo custo de aquisição ou produção. Estes bens seguem a mesma base utilizada para os demais ativos imobilizados.



O surgimento desses bens é fruto do planejamento e da execução das leis de orçamento público, ou seja, da aplicação de recursos públicos. Sua mensuração inicial observou os seguintes aspectos: gastos com o planejamento da obra, como pesquisas, estudos de viabilidade, projeto urbanístico, projeto arquitetônico, trabalhos de engenharia, gastos com materiais, além de outros necessários para a composição do bem.

O valor total foi composto pela análise das liquidações das naturezas das despesas 44905106 – Rodovias, 44905111 - Obras de saneamento e 44905117 - Obras de infraestrutura, assim como das descrições de cada empenho. Desse total foram excluídas as contabilizações que já haviam sido incorporadas ao ativo imobilizado na conta imóveis e os saldos dos programas Pró-Moradia e Viver Melhor.

Por se tratar de um procedimento novo na administração pública, este impacto positivo no resultado patrimonial se destaca, uma vez que em anos anteriores não foi realizado.

3.4.7 Depreciação de bens móveis: R\$ 10.413.692,91 e bens imóveis: R\$ 805.669,32

A depreciação acumulada de bens móveis vem sendo implementada nos órgãos e entidades do Estado do Amazonas gradativamente desde o exercício de 2010. A metodologia aplicada para cálculo da depreciação está mencionada no item 4.5 do Relatório do Balanço Geral do Estado. A depreciação de imóveis foi efetuada apenas na Fundação AMAZONPREV.



3.4.8 Intangível: R\$ 4.391.852,31

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública. É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais. O valor representado no Balanço Patrimonial corresponde a licenças de softwares resultante de compromissos obrigatórios e pertencem à Secretaria de Estado da Fazenda e foram adquiridas através do Fundo para Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas.

3.4.9 Provisões a Curto Prazo: R\$ 9.597.277,86

Correspondem a provisões de férias e de transferência de valor referente a compensação previdenciária efetuadas pela Fundação AMAZONPREV e provisões referentes à Taxa de Administração devidas pela Secretaria de Administração à Fundação AMAZONPREV.

3.4.10 Demais Obrigações a Curto Prazo: R\$ 456.191.063,08

Correspondem às consignações do exercício e de exercícios anteriores, a depósitos de diversas origens e, ainda, a outras obrigações contabilizadas na Superintendência Estadual de Habitação.



3.4.11 Empréstimos e Financiamentos Obtidos: R\$ 5.755.592.015,18

Correspondem às operações de créditos internas e externas a longo prazo nos valores de R\$ 3.170.645.889,28 e R\$ 2.584.946,125,90 respectivamente. Os valores que destacaram em 2014 foram em operações internas de R\$ 322.640.000,00 referente às operações contratuais do PROINFRA e em externas de R\$ 531.360.000,00 do PROCONFIS BIRD. Os detalhamentos das dívidas estão relacionados no ANEXO 16 do balanço geral, onde constam também as obrigações fiscais a longo prazo referentes a parcelamentos de INSS e PASEP de R\$ 24.120.437,47.

3.4.12 Provisões a Longo Prazo: R\$ 1.578.984.432,69

Compreende os passivos de prazo ou valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo. Correspondem às provisões matemáticas do RPPS contabilizadas na Fundação AMAZONPREV.

3.4.13 Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$ 2.717.499,39

Registra a valorização dos imóveis resultante das reavaliações de imóveis da Fundação AMAZONPREV realizadas no exercício, de acordo com os critérios técnicos adotados por engenheiros da Secretaria de Infraestrutura. A contabilização foi feita pelo método de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, conforme prevê a Resolução CFC nº 1137/08, NBC T 16.10, que trata da Avaliação e Mensuração dos Ativos e Passivos em entidades do setor público.



3.4.14 Resultado do Exercício: R\$ - 556.989.789,72

Representa o resultado do confronto entre variações patrimoniais aumentativas e diminutivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Com a nova metodologia das NBCASP, em 2014 foram registradas situações que não eram efetuadas em anos anteriores, como por exemplo: os valores da receita tributária a receber, as provisões para perdas de valores a receber de dívida ativa, o reconhecimento dos bens de infraestrutura no ano de 2014. Destacam-se os valores de ajustes de perda de dívida ativa como o grande influenciador do valor negativo no resultado, uma vez que o cálculo estatístico apontou para uma estimativa de perda no valor de R\$ 2.699.120.671,25.

3.4.15 Ajustes de Exercícios Anteriores: R\$ - 115.680.693,26

Em virtude da mudança de critérios contábeis em consonância com as NBCASP, foram registradas neste item as liquidações de despesas de exercícios anteriores, exceto àquelas referentes a bens que foram incorporados ao patrimônio, por se tratar de fato permutativo, a inscrição de restos a pagar não processados e os cancelamentos de restos a pagar não processados. Isso se deve em virtude dos fatos geradores serem provenientes de anos anteriores e, no caso dos restos a pagar não processados, não serem considerados passivos no novo balanço patrimonial.

3.4.16 Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro: R\$ 2.210.369.521,76

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro no valor de R\$ 3.590.382.089,86 e o passivo financeiro de R\$ 1.380.012.568,10. Encontra-se relacionado por destinação de recursos.



3.5 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Estado durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas.

Salientamos que a DVP não segue a mesma classificação orçamentária, portanto, em algumas situações não é possível comparar a execução orçamentária com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs). Nessa demonstração destacamos para efeito de nota explicativa os impostos e a constituição de provisões:

3.5.1 Impostos: R\$ 7.817.396.487,44

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2014, foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD. Atendendo às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, houve o reconhecimento dos lançamentos do crédito Tributário conforme análise do Departamento de Arrecadação da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas. Portanto, esse item corresponde aos valores de impostos arrecadados mais os lançados e não pagos em 2014.

3.5.2 Constituição de Provisões: R\$ 434.947.830,76

Este item trata, em grande parte, de contabilizações na Fundação AMAZONPREV referente às provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo. Resultado entre o valor atual dos encargos assumidos pelo órgão gestor e do ente patronal em relação aos beneficiários de aposentadorias e pensões dos fundos a que pertencem e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas para sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.



4. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

Variações patrimoniais qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. Como exemplo, têm-se a compra de veículo e a contratação de operações de crédito, que são variações patrimoniais qualitativas, pois o que acontece, no primeiro exemplo, é a troca (permuta) de uma obrigação de pagar por veículo e, no segundo exemplo, é a entrada de caixa, advinda do empréstimo, que gera obrigação de pagamento. Evidente que existem variações que, simultaneamente, alteram a composição qualitativa e quantitativa dos elementos patrimoniais e são conhecidas como variações mistas ou compostas.

Conforme Instruções de Procedimentos Contábeis, IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (Versão publicada em 23/12/2014) o Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas é de elaboração facultativa, não sendo, portanto, apresentado na DVP. Além disso, até o momento, a regra para extração de informações ainda não foi padronizada pela Secretaria do Tesouro Nacional nem pelos grupos técnicos da federação. Contudo, para fins de evidenciação, seguem abaixo as alterações permutativas que julgamos relevantes:

Variações Qualitativas Relevantes		R\$
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
Incorporação de Ativos	1.235.348.966,84	
Desincorporação de Passivos	331.059.500,85	
Incorporação de Passivos	1.130.415.978,92	
Desincorporação de Ativos	1.890.954,67	

Na incorporação de ativos consideraram-se as variações permutativas referentes a bens e aumentos de capital. Na desincorporação de passivos estão as amortizações da dívida. A incorporação de passivo engloba as operações de créditos e a desincorporação de ativos as alienações de bens e amortização de empréstimos.



5. CONSOLIDAÇÃO

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte V – Demonstrações Contábeis, a consolidação é o processo que ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações identificáveis entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada. Tem por objetivo o conhecimento e a disponibilização de macroagregados do setor público, a visão global do resultado e a instrumentalização do controle social. Portanto, a consolidação é um processo simétrico e busca evitar a dupla contagem de transações ou saldos entre unidades, aumentando, assim, a utilidade dos dados consolidados.

O processo de consolidação é sempre complexo, sendo considerado por muitos como uma ciência imperfeita, uma vez que nem sempre é possível obter informações consolidadas com precisão. Além disso, as ferramentas de coleta de dados e o nível de padronização das contas públicas atuais ainda não permitem a eliminação de todos os saldos e transações intra sem provocar significativas distorções nas demonstrações. Ademais, o próprio manual acima mencionado reconhece que: para garantir uma correta consolidação, é importante saber que o objetivo não é a consolidação perfeita, mas sim eliminar de forma consistente as transações e posições que tenham um efeito significativo nos saldos finais. Portanto, não se deve consumir tempo e recursos com pequenas transações que sejam difíceis de identificar.

Destaca-se ainda que para fins de envio das informações para União via SICONFI a própria Secretaria do Tesouro Nacional adotou pela Nota Técnica nº 4/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF a seguinte diretriz: quando não for possível identificar o nível de consolidação das transações (“Intra-OFSS”, “inter-OFSS-União”, “inter-OFSS-Estado” ou “inter-OFSS-Município”), os valores deverão ser informados nas contas do PCASP identificadas com nível consolidação (5º dígito) igual a 1, a fim de evitar a exclusão indevida de valores.



Em resumo, foram excluídos os seguintes itens para fins de consolidação:

No Balanço Financeiro, foram excluídos valores referentes às transferências financeiras recebidas e concedidas entre órgãos no valor de R\$ 12.322.829.763,55 e às movimentações intergestoras no valor de R\$ 22.765.222.648,97.

No Balanço Patrimonial foi excluído o valor de R\$ 6.879.591,15 referente às obrigações da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça para com o Estado do Amazonas quanto à encampação de dívidas previdenciárias daqueles Poderes. Também houve exclusão do valor de R\$ 2.332.229,46 referente ao parcelamento de aluguéis acordado entre a Secretaria de Assistência Social e a Fundação AMAZONPREV.

Na Demonstração das Variações Patrimoniais foram excluídos valores referentes a Transferências intragovernamentais no total de R\$ 35.110.675.384,88 e o valor de R\$ 1.130.415.978,92 referente às operações de crédito pelo fato de serem contabilizadas como VPD na SEFAZ Encargos Gerais, onde se registra a obrigação e VPA na SEFAZ Centralizadora onde se registra a receita.

Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Contadora CRC-AM Nº 07984
Diretora

Jefferson de Oliveira Carlos
Contador CRC-AM Nº 09384
Gerente